



**CLIPPING INTERNET**  
**22/03/2021 ATÉ 22/03/2021**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG JAILSON MENDES.....	2
	2.2 SITE AGORA SANTA INÊS.....	3 4
3	DECISÕES	
	3.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG JAILSON MENDES.....	6
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG JAILSON MENDES.....	7
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	8
7	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	7.1 SITE VEJA TIMON.....	9

## **Procurador Geral de Justiça entra com ação no TJMA para derrubar lei que aprovou seletivo em Cajapió**

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, ingressou na semana passada com uma ação para declarar inconstitucional a lei nº 287/2021, que permitiu que o prefeito Dr. Marcone contratar mais de 500 pessoas sem concurso em Cajapió.

Ação mirou o seletivo sem concurso realizado pelo prefeito Dr. Marcone

A manifestação trata-se de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi protocolada diretamente no Tribunal de Justiça do Maranhão e pede que o desembargador José Luiz Almeida assine uma liminar para derrubar o seletivo feito na cidade, após o procurador receber denúncias e encontrar diversas irregularidades.

A denúncia na Procuradoria de Justiça foi realizada pelo vereador Diniz, usando o mesmo argumento de que o prefeito não poderia fazer o seletivo sem concurso público. De posse da denúncia, o procurador denunciou o gestor e quer que os desembargadores tornem, imediatamente, a lei inconstitucional.

“Nada obstante, constata-se que as atividades descritas nos dispositivos impugnados têm natureza permanente e continuada e não temporária, burlando, dessa forma, a exigência constitucional do concurso público para acesso ao serviço público. Constata-se, dessa forma, que o Município de Cajapió ultrapassou os limites insculpidos tanto na Constituição Federal quanto na Constituição do Estado do Maranhão em relação à contratação por tempo determinado de servidores, maculando, assim, os preceitos constitucionais ora destacados”, declarou.

Nos pedidos, o Ministério Público requer que seja dada a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia dos incisos III, IV, V e VI do artigo 2º e do Anexo, todos da Lei nº 287/2021, de 17 de fevereiro de 2021, do Município de Cajapió e que o prefeito possa exonerar todos os servidores contratados.

Mais denúncias

O seletivo também foi denunciado diversos vezes ao Ministério Público de São Vicente Ferrer, que responde pelo município de Cajapió, pelos candidatos que não passaram e não tiveram seus nomes incluídos na lista como aprovados, excedentes ou desclassificados. Estas denúncias estão sendo apuradas pela promotora Laura Amélia Barbosa.

O Blog do Jailson Mendes encaminhou todas as informações ao prefeito Dr. Marcone, que não respondeu a nenhum dos questionamentos até o fechamento desta matéria. O blog fica a disposição para qualquer manifestação por parte do gestor. Vejam a ação enviada pelo procurador geral de Justiça ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

## **TJMA aprova mudança e prédio do Fórum de Justiça de Matinha homenageará o advogado e ex-prefeito José Conceição Amaral**

O Tribunal de Justiça do Maranhão anunciou a mudança no nome do Fórum de Justiça da cidade de Matinha, na Baixada Maranhense. Além disso, a corte superior do estado anunciou que fará uma homenagem à desembargadora Cleonice Silva Freire, que faleceu recentemente, na comarca de Rosário.

José Conceição Amaral

Inaugurado em abril de 2003 com o nome de 'Desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo', o Fórum de Justiça da cidade de Matinha agora se chamará 'Advogado José Conceição Amaral', ex-vereador, ex-vice-prefeito e ex-prefeito do município, falecido em 2011.

O prédio foi entregue, inclusive, com a presença do advogado e ex-prefeito matinhense, custando R\$ 149 mil, oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ). O prédio é um dos mais modernos da cidade e dispõe de instalações modernas, compostas de dois cartórios de ofício, um eleitoral, salas de audiência e da OAB e gabinete do juiz, que são dotadas de rede de interligação à internet em todas as salas, central telefônica, ar-condicionado e paisagismo na área externa.

A mudança foi anunciada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, confirmada pelo colegiado da corte e faz uma justa homenagem ao pai do atual vereador da cidade, Rui Ronne Amaral e dos ex-vereadores Zequinha Amaral e Eldo Ronne Amaral, este último também já falecido.

### História

José Conceição Amaral nasceu no sítio de agricultura chamado "Belas Águas" e seus pais foram João Amaral e Angelina Francisca Amaral. Ele era o primogênito de seus irmãos, tendo se casado com Maria José Amaral, em 1954, com quem tivera 12 filhos.

Nascido em 20 de agosto de 1925, o ex-prefeito foi levado pelos seus padrinhos José Pedro da Silva e Viviana Amaral da Silva. Foi desembrado no ABC e início de cartilha com sua própria mãe. Gostava muito do pagode da casa de engenho e das noites de tambor promovidas por sua avó, Adriana Rosa Serra, tia de Angelina, que recebeu como filha adotiva, porque era filha de um irmão querido do adotante, Francisco Gomes.

José Conceição fez seu curso primário no Colégio de Etelvina Gomes Pinheiro (Santoca Gomes), e começou o estudo de sapateiro com José Celeiro. Começou a aprendizagem de música com Chico Cardoso e foi eleito vereador por duas vezes, sendo que a primeira em 1962 e a segunda em 1966. Nesse período foi eleito presidente da Câmara, onde assumiu o cargo de prefeito no período de 31 de janeiro a 07 de novembro de 1965.

Quando lutando pela educação do seu povo, criou a Escola Cândida Gomes. Ele fez o curso de contador, foi advogado provisionado de 1960 a 1978, quando, então, enfrentou o vestibular para direito, no qual fora aprovado na UFMA, concluindo-o, em 1977. Em 2004 foi eleito como vice-prefeito na chapa em que compusera juntamente com Marcos Robert Silva Costa. Esse cargo ele exerceu de 2005 a 2008. De 1949 até os últimos dias de sua vida, quando foi a óbito, em 01 de maio de 2011, prestou seus serviços aos cidadãos desta cidade de Matinha de todas as classes sociais.

## **TJMA aprova mudança e prédio do Fórum de Justiça de Matinha homenageará o advogado e ex-prefeito José Conceição Amaral**

O Tribunal de Justiça do Maranhão anunciou a mudança no nome do Fórum de Justiça da cidade de Matinha, na Baixada Maranhense. Além disso, a corte superior do estado anunciou que fará uma homenagem à desembargadora Cleonice Silva Freire, que faleceu recentemente, na comarca de Rosário.

José Conceição Amaral

Inaugurado em abril de 2003 com o nome de 'Desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo', o Fórum de Justiça da cidade de Matinha agora se chamará 'Advogado José Conceição Amaral', ex-vereador, ex-vice-prefeito e ex-prefeito do município, falecido em 2011.

O prédio foi entregue, inclusive, com a presença do advogado e ex-prefeito matinhense, custando R\$ 149 mil, oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ). O prédio é um dos mais modernos da cidade e dispõe de instalações modernas, compostas de dois cartórios de ofício, um eleitoral, salas de audiência e da OAB e gabinete do juiz, que são dotadas de rede de interligação à internet em todas as salas, central telefônica, ar-condicionado e paisagismo na área externa.

A mudança foi anunciada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, confirmada pelo colegiado da corte e faz uma justa homenagem ao pai do atual vereador da cidade, Rui Ronne Amaral e dos ex-vereadores Zequinha Amaral e Eldo Ronne Amaral, este último também já falecido.

### História

José Conceição Amaral nasceu no sítio de agricultura chamado "Belas Águas" e seus pais foram João Amaral e Angelina Francisca Amaral. Ele era o primogênito de seus irmãos, tendo se casado com Maria José Amaral, em 1954, com quem tivera 12 filhos.

Nascido em 20 de agosto de 1925, o ex-prefeito foi levado pelos seus padrinhos José Pedro da Silva e Viviana Amaral da Silva. Foi desembrado no ABC e início de cartilha com sua própria mãe. Gostava muito do pagode da casa de engenho e das noites de tambor promovidas por sua avó, Adriana Rosa Serra, tia de Angelina, que recebeu como filha adotiva, porque era filha de um irmão querido do adotante, Francisco Gomes.

José Conceição fez seu curso primário no Colégio de Etelvina Gomes Pinheiro (Santoca Gomes), e começou o estudo de sapateiro com José Celeiro. Começou a aprendizagem de música com Chico Cardoso e foi eleito vereador por duas vezes, sendo que a primeira em 1962 e a segunda em 1966. Nesse período foi eleito presidente da Câmara, onde assumiu o cargo de prefeito no período de 31 de janeiro a 07 de novembro de 1965.

Quando lutando pela educação do seu povo, criou a Escola Cândida Gomes. Ele fez o curso de contador, foi advogado provisionado de 1960 a 1978, quando, então, enfrentou o vestibular para direito, no qual fora aprovado na UFMA, concluindo-o, em 1977. Em 2004 foi eleito como vice-prefeito na chapa em que compusera juntamente com Marcos Robert Silva Costa. Esse cargo ele exerceu de 2005 a 2008. De 1949 até os últimos dias de sua vida, quando foi a óbito, em 01 de maio de 2011, prestou seus serviços aos cidadãos desta cidade de Matinha de todas as classes sociais.

## **ATENDIMENTO PRESENCIAL NA 3ª VARA DE SANTA INÊS SOMENTE PARA A ÁREA JURÍDICA**

O juiz Alexandre Antônio José de Mesquita, da 3ª Vara de Santa Inês, fixou regras sistematizadas das atividades jurisdicionais e administrativas, na 3ª Vara de Santa Inês, em conformidade com as medidas sanitárias restritivas de contaminação pelo coronavírus (Covid-19). A partir de quinta-feira, 18, até o dia 31 de março, somente os profissionais da área jurídica poderão requerer atendimento presencial, mediante pré-agendamento, salvo medida em sentido contrário do Tribunal de Justiça do Maranhão. As medidas foram regulamentadas por meio da Portaria 1010/2021, pelo juiz, de acordo com os protocolos de expediente forense durante o período de adoção de medidas sanitárias de prevenção ao contágio pela Covid-19, nessa unidade. Durante o período de suspensão, a unidade funcionará de forma remota pelo e-mail: vara3\_sine@tjma.jus.br; telefone/whatsapp (99) 98234-0784 e telefone fixo (98) 3653-1993.

### **VIDEOCONFERÊNCIA**

As audiências já designadas no período de vigência desta portaria serão realizadas por meio de videoconferência. As partes devem solicitar o canal de acesso à sala virtual da unidade, caso já não esteja disponível nos próprios autos processuais, tendo em vista que os processos que tramitam na unidade são todos eletrônicos. As partes ficarão responsáveis pelas condições técnicas dos equipamentos e conexão que venham a utilizar. Em caso de impossibilidade de acesso à sala virtual de videoconferência, terá a parte o prazo de cinco dias úteis para comprovar o que for alegado nos autos. Na adoção das medidas, o juiz considerou a necessidade de se assegurar condições mínimas para continuidade dos serviços com a preservação da saúde de magistrados, servidores, estagiários, colaboradores, agentes públicos, advogados e usuários em geral e o crescimento do número de variantes do coronavírus identificadas no Estado do Maranhão, com a circulação de nova cepa no país. Durante o período de suspensão, as atividades desempenhadas pelos oficiais de Justiça e comissária da infância e juventude serão mantidas, e somente serão cumpridos mandados de forma presencial que envolvam a liberdade pessoal e questões urgentes de caráter inadiável. Os servidores que não dispõem de computador para desenvolver suas atividades de forma remota, poderão requerer que o exercício da função seja realizado presencialmente, respeitando o protocolo sanitário estabelecido pelas autoridades sanitárias, dentro da unidade.

## **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS TEM NOVO TITULAR**

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência de quarta-feira (17), presidida pelo desembargador Lourival Serejo, aprovaram, por unanimidade, duas remoções de magistrados. O juiz Paulo do Nascimento Júnior, titular da Comarca de Cantanhede, foi removido, pelo critério de merecimento, para a Comarca de Guimarães. A vaga foi em decorrência da promoção do juiz Samir Araújo Mohana Pinheiro, para o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Inês. Para a Comarca de Amarante do Maranhão, foi removido, pelo critério de antiguidade, o juiz Rafael Felipe de Souza Leite, titular da Comarca de São Pedro da Água Branca. Vaga em decorrência da promoção da juíza Selecina Henrique Locatelli para a 1ª Vara da Comarca de Grajaú. As remoções tiveram manifestação favorável do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

## **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS TEM NOVO TITULAR**

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência de quarta-feira (17), presidida pelo desembargador Lourival Serejo, aprovaram, por unanimidade, duas remoções de magistrados. O juiz Paulo do Nascimento Júnior, titular da Comarca de Cantanhede, foi removido, pelo critério de merecimento, para a Comarca de Guimarães. A vaga foi em decorrência da promoção do juiz Samir Araújo Mohana Pinheiro, para o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Inês. Para a Comarca de Amarante do Maranhão, foi removido, pelo critério de antiguidade, o juiz Rafael Felipe de Souza Leite, titular da Comarca de São Pedro da Água Branca. Vaga em decorrência da promoção da juíza Selecina Henrique Locatelli para a 1ª Vara da Comarca de Grajaú. As remoções tiveram manifestação favorável do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

## São registrados 98 casos de injúria racial em 80 dias no Maranhão

No ano passado foram registradas 405 ocorrências de injúria racial nas Delegacias de Polícia do Estado do Maranhão

Atualmente a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da Ordem dos Advogados, seção Maranhão (CVENOABMA) apura e acompanha junto às autoridades do judiciário, 27 denúncias que envolvem racismo e injúria racial no estado, feitas do ano de 2020 até os dias atuais. A informação é do advogado Erik Moraes, presidente da CVENOABMA, da Comissão de Igualdade Racial da ABRACRIM-MA e vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da ABRACRIM (Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas).

Leia também:

10 expressões racistas que você não sabia

Dessas, 7 denúncias de racismo e injúria racial foram registradas este ano e estão sendo acompanhadas pela CVENOABMA. Um dos casos ocorreu com uma recepcionista de uma academia da capital maranhense, que foi vítima de racismo praticado por mãe e filha. Segundo a recepcionista, “elas me chamaram de macaca, preta, cabelo ruim, sangue ruim. Eu nunca tinha passado por uma situação tão grave e que me abalasse. A gente ainda fica com muito medo, às vezes, de abrir uma bolsa em um local e ser perseguido em uma loja. A gente não tem paz, e? a pior sensação que existe no mundo”, lamentou Tayna? Coelho. “Sempre que a OAB-MA e? acionada através da Comissão, essas vítimas te?m os seus pedidos encaminhamos ao Comitê? de Diversidade do Ministério Público do Maranhão e também a? Poli?cia Civil, que e? responsável por todo esse período de investigação, coleta de provas e indiciamento. Acompanhamos as vítimas de racismo durante a prestação de denúncias cobrando a solução e defendendo a causa negra”, garantiu o presidente da Comissa?o, Erik Moraes.

No dia Internacional Contra a Discriminação Racial, 21 de março, O Imparcial buscou saber como está o panorama dos crimes raciais no estado, e as políticas de combate ao racismo, um crime que segundo a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários, registrou 15 casos em 2020 e já este ano, 8 registros.

O crime de racismo é definido no art. 20, caput, da Lei nº 7716/89, que diz “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil foi instaurada em 2019 pela OAB, com a competência de lutar pela promoção de Políticas Públicas, Igualdade Racial e a Reparação da Escravidão Negra no Brasil. Uma das principais diretrizes da Comissão é recuperar a verdade sobre o período da Escravidão, além de tirar da invisibilidade heróis e heroínas, combate ao racismo religioso e preservação e tombamento de locais sagrados e históricos ao povo negro. Também é uma luta da Comissão junto a órgãos públicos, a construção de Estátuas, monumentos de personagens negros(as) e o museus que contém a verdadeira história do Negro.

Segundo o presidente da Comissão, foi verificada durante a pandemia do novo coronavírus, um aumento significativo nas denúncias sobre as mais diversas formas de discriminação racial.

Assim, foi criada em parceria com a Comissão, a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União, o projeto Observatório de Cotas Raciais. “Trata-se de um site para o público em geral denunciar fraudes em cotas raciais no estado do Maranhão nos últimos 5 anos. Foi criado em razão das mais de 100 denúncias realizadas em redes sociais sobre o crime de Afroconveniência. Somente na UFMA são mais de 400 casos de fraudes sendo investigados”, disse Erik Moraes.

#### Dificuldade na coleta de provas

A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários funciona desde setembro de 2018 no prédio da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (Rua da Palma, 502, Desterro) e para o estado, foi um marco histórico, uma vez que o Maranhão é o segundo estado do Nordeste com maior número de afrodescendentes. Segundo dados do órgão, cujo titular é o delegado Agnaldo Timóteo Silva, em 2020 foram registradas 405 ocorrências de injúria racial nas Delegacias de Polícia do Estado do Maranhão. Em 2021, foram registradas 98 ocorrências desse crime. “Uma vez recebida a comunicação de crime, a Delegacia de Polícia realiza o imediato registro da ocorrência policial e um Inquérito Policial é aberto, seguindo-se na investigação até seu final. O objetivo central da investigação é identificar e indiciar o autor ou autores do crime, o que possibilita a abertura de processo judicial, que culmina com respectivo julgamento e apenação. No Estado do Maranhão, na pesquisa de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Maranhão, vê-se que várias pessoas já foram julgadas por práticas racistas”, informou o órgão.

Mas para investigar os crimes, a principal dificuldade está na coleta de provas. “Muitas vezes o crime é praticado sem testemunha presente. De qualquer forma, todos esses crimes, sejam os mais fáceis de apurar ou os mais difíceis, merecem completa investigação, inclusive em razão de sua gravidade, pois atingem valores e princípios fundamentais para todos os brasileiros, que são a igualdade entre todos e a dignidade da pessoa humana”, informou a Seir.

De acordo com Erik Moraes, a vítima de racismo deve sempre denunciar o fato e lutar pelos seus direitos de Igualdade e Liberdade. Vítimas ou pessoas que presenciam o crime de racismo ou qualquer outro tipo de crime de ódio podem registrar um boletim de ocorrência, ou ainda fazer a denúncia por meio do 190. “A partir daí, procurar a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil na sede da OAB, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Ministério Público e as Polícias Civil e Militar. Alertamos sempre as vítimas para manter a calma durante as agressões para que consiga realizar a colheita de provas e testemunhas, também através da filmagem de vídeos e áudios”.

Continue lendo

em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2021/03/sao-registrados-98-casos-de-injuria-racial-em-80-dias-no-maranhao/>

## **Represália: Gestão de Dinair move ação de improbidade contra ex e atual presidentes da Câmara**

O governo acusa Helber e Uilma, ex e atual presidentes da Câmara, do não pagamento da dívida com a previdência

O município de Timon entrou na Vara da Fazenda Pública de Timon com ação Civil de Improbidade Administrativa, distribuída no último dia 19, contra os vereadores Helber Guimarães e Uilma Resende, ex e atual presidente da Câmara de Timon, acusando-os de danos ao erário público, por conta do não pagamento por parte da Câmara de Timon, de valores ao INSS, recursos que foram descontados do FPM do município e não repassados ao Instituto, além do não pagamento ao Instituto de Previdência do Município - IPMT, tanto da parte do empregado, como patronal, que segundo informações repassadas pelo Secretário de Governo, “nada foi pago e nem feito o parcelamento da dívida com o IPMT, como a Prefeitura de Timon fez”, disse João Batista Ponte.

De acordo com vereadores ouvidos pelo blog, essa é uma estratégia do governo, em represália aos vereadores opositoristas, para evitar que a Casa Legislativa instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que está em trâmite na Câmara para investigar e apurar o aumento da dívida pública da Prefeitura de Timon em mais de 192 milhões de 2019 para 2020, último ano da gestão do ex-prefeito Luciano Leitoa. O pedido de instalação de CPI foi requerido pelo líder de oposição Juarez Morais (PSC), lido pela Mesa e dado seguimento na abertura do processo após informação prestada pela equipe econômica da atual gestão, em audiência pública, afirmando o aumento absurdo da dívida.

A CPI está em trâmite na Casa com assinaturas de vereadores de oposição e aguarda definição da indicação de nomes, por parte da Mesa Diretora para ser instalada.

### O que diz Uilma Resende

Sobre a ação, o vereador Uilma Resende disse ter argumentos suficientes para se defender dessa ação de improbidade movida pelo governo municipal, pois sua gestão passada foi transparente com todos os atos e que as dívidas administrativas foram pagas e, inclusive, com devolução de recursos de quase meio milhão de reais aos cofres municipais, ressalta Uilma Resende.

### O que diz Helber Guimarães

Em conversa com a assessoria do vereador Helber Guimarães, o blog obteve a informação de que o vereador e ex-presidente da Câmara irá se pronunciar através de sua assessoria jurídica assim que receber a notificação da justiça para adotar as providências, via judicial, e os esclarecimentos dentro do teor da ação.